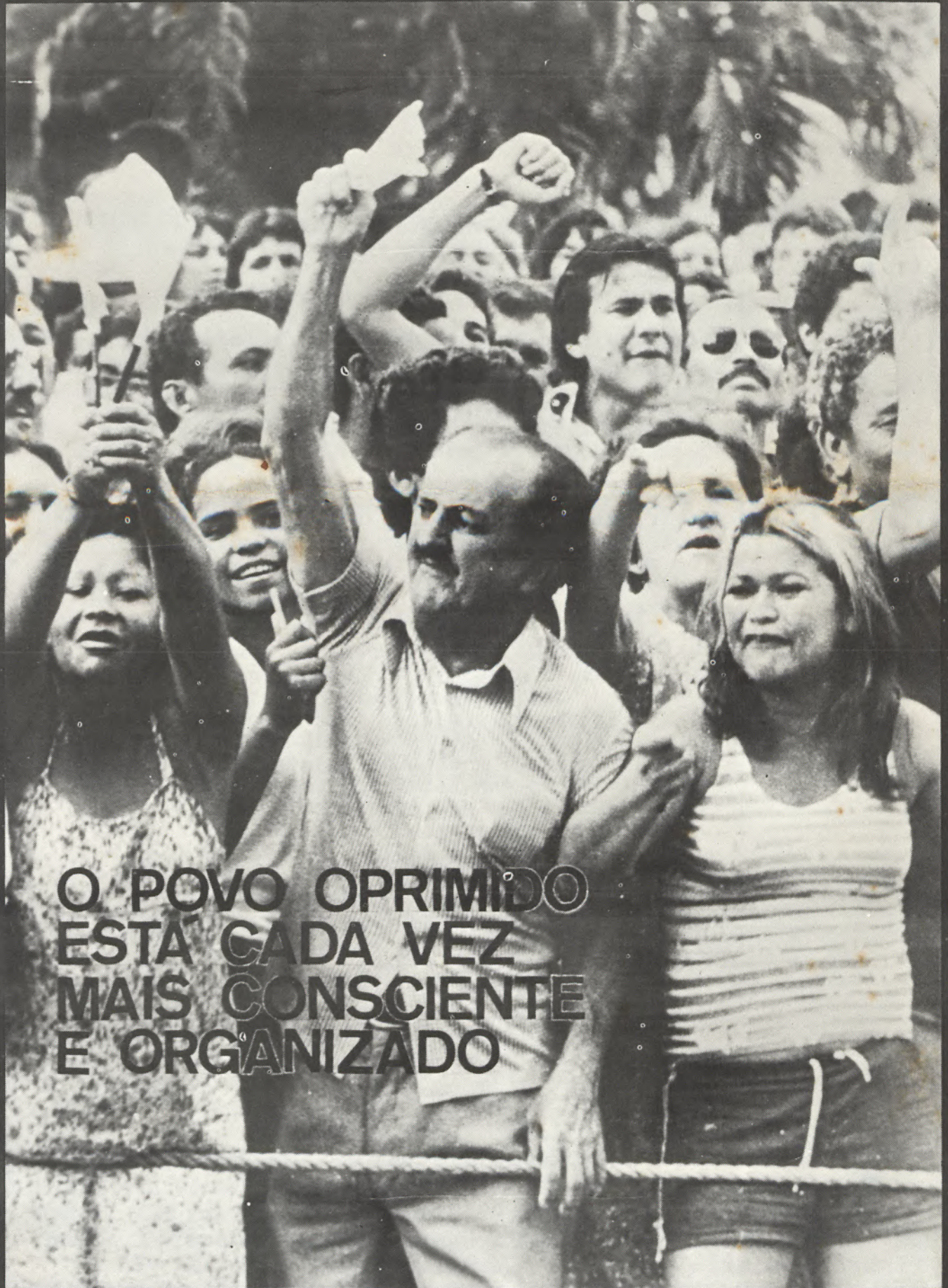


CBB

COMISSÃO DOS BAIRROS DE BELÉM

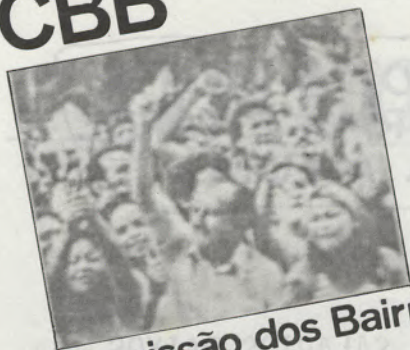
Criada em Janeiro de 1979,
Formada por 3 representantes de cada bairro
Sua luta principal é por terra, moradia,
contra as injustiças
e por melhores condições de vida dos trabalhadores

Câmara de Pastoral Vergueiro
N.º 27/7/81
BIBLIOTECA



**O POVO OPRIMIDO
ESTA CADA VEZ
MAIS CONSCIENTE
E ORGANIZADO**

CBB



Comissão dos Bairros
de Belém



Esta cartilha elaborada pela Comissão dos Bairros de Belém - CBB, tem por objetivo mostrar aos moradores dos bairros desta cidade, nossas lutas e nossas vitórias, conquistadas com a mobilização e organização dos moradores.

Estas lutas têm nos ensinado muitas coisas boas. A cada dia que passa a vida do trabalhador fica mais custosa. No campo não tem mais jeito de ficar, porque os tubaroões nos expulsam de lá para fazerem grandes campos para plantar capim. Então a gente se muda para a cidade.

Na cidade a gente tem que trabalhar de operário, recebendo salário mínimo, e a maioria fica servindo de biscateiros e desempregados. Esse salário de miséria não dá nem para comprar o que comer, quanto mais para ter casa própria. Então muita gente escolhe um pedaço de terra para construir suas casas.

Depois aparecem aqueles que se dizem donos.

Aí começam tudo de novo. Esse é um problema que todos nós enfrentamos. Por tudo isso é que elaboramos este documento. Esperamos que seja de utilidade a toda população para discussões, avaliações e melhores encaminhamentos das nossas lutas e assim um dia consigamos melhores dias para nossas famílias, com direito a ter terra para morar, escolas para nossos filhos, melhores salários enfim todos os direitos garantidos pela Constituição Brasileira.

a voz dos oprimidos que vêm engrossando cada vez mais a fileira do protesto, desafiando o coro dos contentes. Depois de muitos anos de silêncio, eles voltam a soltar a voz, assediando presidente e enfrentando polícia. Por que surge uma CBB, que congrega 14 bairros para lutar por seus interesses? Qual a participação da Igreja e a sua importância?

Sem teto, com fome, sem trabalho.



O POVO JÁ NÃO SE CONFORMA E PARTE PARA A LUTA!

QUEM ORGANIZA O POVO É A CARESTIA, SALÁRIOS BAIXOS, FALTA DE TERRA PARA MORAR, FALTA DE ESCOLAS, A OPRESSÃO.



Se hoje o povo invade as praças, toma as ruas em passeatas, exige do Governo soluções para seus problemas, protesta, é porque sua condição subumana o força a isso. É o que afirmam os moradores das baixadas, os trabalhadores, os membros da Comissão dos Bairros de Belém, os padres, os Agentes de Pastoral, as diretorias dos Centros Comunitários, enfim todos que, de uma forma ou de outra dedicam-se à organização das lutas populares.

Em Belém, fatos recentes comprovam a afirmativa de que "só o povo organizado e unido pode fazer alguma coisa em seu favor". São os moradores das áreas ameaçadas pela Aeronáutica que à beira do despejo, agregam-se em torno de uma entidade por eles criada a Comissão dos Bairros de Belém - CBB, e, renitentes, recusam-se a deixar as casas que habitam há mais de 50 anos, e que hoje são requeridas para a construção de residências para oficiais. São os moradores do Jurunas que, igualmente ameaçados, desta vez pela Polícia Militar, que intenciona transformar a Passagem Santa Ana em um estábulo, protestam, recorrem aos meios jurídicos, pedem posições do governador.

Pessoas que participam dessas organizações são contundentes ao dizer que a mobilização do povo é um fenômeno cuja ori-

gem pode ser perfeitamente detectada no altíssimo custo de vida, nos salários baixos, na falta de terras para morar, na falta de água e luz, na carência de escolas e na opressão.

Os atos públicos pelo direito de morar, as concentrações em frente ao Palácio do Governo em busca de explicações, têm sido em Belém, fatos de irrefutável frequência.

Com a chegada do presidente João Baptista de Figueiredo a Belém, a população carente da cidade não desprezou a oportunidade de levar seus apelos à autoridade suprema do país. Faixas e cartazes, gritos de protestos e de saudações ao presidente, se confundiam na chegada de Figueiredo, ao Teatro da Paz. O povo tinha consciência, segundo os membros da CBB, de que o momento era oportuno para levar ao conhecimento do presidente os graves problemas que enfrentam pela falta de casas para morar e pelos frequentes despejos de que são vítimas.

Essa manifestação entretanto, foi duramente reprimida. Um padre estudante, e membros da Comissão dos Bairros de Belém foram presos. Um fato facilmente justificável pelos manifestantes: a abertura não existe. "Que abertura é essa pregada pelo presidente, se o povo não pode chegar até ele?". A pergunta que fica é também para o presidente.

Bairros se unem no mesmo fim

Recusando-se a continuar a ver apenas a banda passar, a população pobre dos bairros de Belém se uniu numa entidade, cujo objetivo é juntar as forças, não só na cidade, como no campo, para buscar um direito que lhe garante a Constituição.



Em janeiro de 1979, foi criada a Comissão dos Bairros de Belém - CBB, agregando representantes de treze bairros pobres de Belém. Com o firme propósito de unificar as lutas travadas em lugares dispersos, a CBB tem obtido resultados animadores, vitórias, segundo seus membros, que só com a união do povo poderiam ser alcançadas.

A criação da CBB deu-se exatamente um mês após o ato público pelo direito de morar, em frente ao Palácio do Governo, o que demonstra ter sido uma necessidade comum da população. Um problema geral atava intimamente os interesses dos moradores sem terra, as lutas isoladas, percebia-se, a nada os conduziria. O próprio povo, vendo-se ameaçado de perder a moradia, fato que se somaria a inúmeras outras deficiências, encontrou como única saída a reunião imediata de todos os intempéries para combatê-lo de forma decisiva e conseqüente, ou seja, tomaram consciência de que só a unidade de suas lutas seria suficiente para enfrentar os problemas que os angustiava. Assim, conforme explicam os moradores das baixadas do Jurunas, da Pedreira, da Sacramento, do Atalaia e tantos outros, foi idealizada e constituída a Comissão dos Bairros de Belém.

Segundo relatam os membros da CBB, seu nascimento veio através do ato público

realizado no dia 28 de maio de 1979. O número de pessoas que compareceu a esse ato demonstrou que o problema de terras, em Belém, era quase que geral, e sendo assim, era necessária a reivindicação comum pelos terrenos que estavam sendo requeridos pelos órgãos que deles se diziam donos.

Os diversos bairros, a partir daí, começaram a manter uma relação bem mais constante em torno não apenas da questão da terra, mas também em torno de diversas outras irregularidades que são igualmente comuns a todos os bairros desassistidos. A falta de escolas, o custo de vida, a falta de luz e água, a inexistência de redes de esgoto, problemas de saneamento, a deficiência de transportes urbanos nos bairros mais afastados o salário, irrisório, a repressão policial, enfim, toda uma gama de injustiças foram levadas a tona e questionadas. Contatos frequentes entre os bairros que lutavam separadamente foram se intensificando até as discussões finais para a elaboração de um documento básico da CBB seguido das eleições de representantes das diversas comunidades, para integrar a Comissão dos Bairros de Belém, que surgia da necessidade da população desfavorecida em exigir das autoridades governamentais, explicações e soluções para todos os problemas que o Governo se propunha a resolver.

O CENTRO COMUNITÁRIO É O LUGAR
ONDE A GENTE SE ENCONTRA PARA
DISCUTIR COMO LUTAR PELOS NOSSOS
DIREITOS, QUE NOS SÃO TIRADOS.

Os trabalhos desenvolvidos num Centro Comunitário para Lucivaldo Ribeiro, o Branco, redonda em dois aspectos distintos: o assistencialista e o combativo.

Branco, que já participou de diversos trabalhos de base e foi um dos membros fundadores da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, e que portanto traz em seu bojo uma vasta experiência popular, afirma que o trabalho assistencialista se caracteriza pelas falsas lideranças e pelos trabalhos alienantes que desenvolvem. "Muitas pessoas, diz ele, pensam inclusive que todo o tipo de trabalho de uma comunidade de bairro é assistencialista. Outros, entretanto, mais conscientes, vêem o Centro Comunitário como o lugar do povo lutar pelos direitos que lhes são negados".

Morador do Jurunas há vários anos, Branco sente na pele as dificuldades que o afeta juntamente com o seu povo. A necessidade de lutar é fundamental, afirma ele, e quanto a solução final para todos os problemas que os oprimem, comenta: "vai ser demorada e penosa, pois o pessoal está em um estado de conscientização muito lenta. Sentimos a necessidade de uma conscientização mais rápida, mas encontramos muitas dificuldades numa cidade grande". Os meios de comunicação de modo geral, são apontados como os principais obstáculos

para a organização popular por Branco: "a televisão, por exemplo, que, em vez de colaborar está apagando e neutralizando os meios de uma luta consciente, uma luta mais acirrada e mais favorável a uma igualdade justa e fraternal, em substituição ao regime que nos avilta e nos oprime".

Ainda sobre os dois aspectos de trabalhos de um centro comunitário, notadamente o assistencialista, apresenta lideranças que, ao invés de conduzir o povo à luta, o atola cada vez mais num conformismo miserável. Sobre essas lideranças, ele cita os padres da Igreja Santo Antonio de Lisboa, em Batista Campos, frei Pedro e Vianey, "que desenvolvem um tipo de assistência paternal, com cursilhos de cristandade, escolas de dirigentes etc. que em nada ajudam o povo". Outro tipo de trabalho do Centro Comunitário, que se caracteriza pelas lideranças que lutam ao lado do povo são identificados em episódios como o verificado semana passada, no Jurunas quando todos unidos, estiveram lá para defender seus companheiros. "Mem-

bro do Centro Comunitário, padres da igreja progressista e pessoas pertencentes a entidades democráticas estiveram presentes, prestando solidariedade a nós, pois reconheceram a arbitrariedade da Polícia e empenharam-se a ajudar-nos pela luta dos nossos direitos".

Aprendendo a lutar

José Maria Ferreira, o Zeca, do Centro Comunitário do Jurunas, explica que aprendeu a lutar contra as injustiças ali mesmo, lado a lado com os moradores de seu bairro, na convivência diária e dolorosa que as pessoas ameaçadas pela força da Polícia têm que suportar.

No seu entender a solidariedade do povo, a união de todos em torno de um problema comum - ele cita como exemplo o ataque da cavalaria da PM aos casebres da Passagem Santa Ana é a mola principal para o alcance de seus direitos: "você viu, por causa de três pessoas, aconteceu esse tumulto todo. Basta que um elemento da comunidade seja atingido para que todos lutem, pois a dificuldade de um é a de todos".

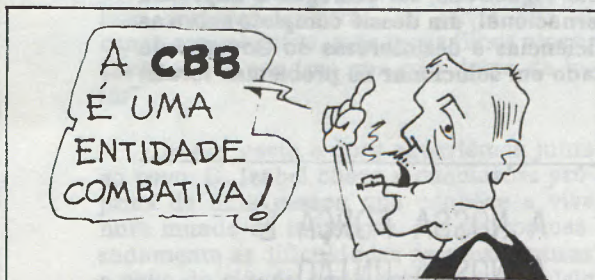
A NOSSA CONSCIENCIA SE FORMA NA LUTA.

A consciência do povo, conforme Zeca, nasce da necessidade de cada um dos que se encontram ao relento, sem casas para morar. É em situações como a enfrentada recentemente pelos moradores daquele bairro, que se evidencia a necessidade da união do povo, segundo ele.

Embora não tenha claro como será dada a solução final para todos os problemas que o massacraram, relegando-o a uma subsistência hostil, Zeca, conclui que "nós devemos se unir e ver a que meta chegar".

UNIFICAMOS AS NOSSAS
LUTAS. AGORA ESTAMOS
MAIS UNIDOS, MAIS
NUMEROSOS E MAIS
FORTALECIDOS.

De acordo com os moradores de Belém que integram a CBB desde seus primeiros passos, as vitórias foram notadas assim que a entidade foi criada. Agora, dizem eles, as lutas foram unificadas. Ao invés de reivindicações dispersas, o povo está unido, mais numeroso e mais fortalecido. Como exemplo disso, eles citam as constantes investidas da Polícia e a imediata organização do povo para impedir que executem as ordens que têm para cumprir: "Quando chega a Polícia no Jurunas para destruir os barracos, não são apenas os moradores daquele bairro que levantam voz de protesto contra as arbitrariedades da Polícia, mas também os moradores da Sacramento, da Pedreira, do Guamá, do Benguí e todos os que integram a CBB". Todos, imediatamente, são convocados para lutar".



Desde sua criação até os dias de hoje, a Comissão dos Bairros de Belém tem provado que é, como se propôs a princípio, uma entidade combativa e demonstra esse propósito na prática. Dentre as diversas vitórias da CBB, algumas das mais importantes são recordadas pelos seus membros. No seu curto período de existência, marcado por diversas investidas contra os mais fracos a CBB ostenta com garra a força solidária que a caracteriza. Mostra a entidade que do ano passado para cá, enfrentou casos que, sem a unidade popular, jamais enfrentaria.



No bairro do Atalaia, a CBB mobilizou os moradores que há nove meses pagavam contas de água sem usufruir dela e levou-os à Cosanpa. Um grupo numeroso, eleito pelos próprios moradores, foi até a direção da Companhia de Saneamento do Pará e exigiu dela a devolução do dinheiro referente aos nove meses que haviam pago pelo fornecimento de água que nunca tivera. A reivindicação conjunta do povo ciente de seus direitos foi atendida pela Cosanpa que, sem outra alternativa, fez a devida devolução do dinheiro exigido pelo povo.

NA TERRA FIRME
A LUTA PELA TERRA.

Na Terra Firme, a Universidade Federal do Pará, tentou expulsar com a força da Polícia Militar, os moradores que ocupavam há anos um terreno que alegavam ser de sua propriedade. Os moradores reagiram à brutalidade da PM, exigiram a ordem judicial para despejo, rumaram em comissões até a reitoria da UFPA e alkper sistiram por uma solução durante vários dias. Dentro de dias, a Polícia desocupou completamente a área. As casas humildes que até então eram poucas, alastraram-se pelo terreno exigido pela Universidade.

NO GUAMÁ OS MORADORES
SE ORGANIZAM PARA
EXIGIR ÁGUA.

No Guamá os moradores não tem água. Os pontos mais pobres daquele bairro não recebem qualquer assistência do Governo, comentam eles. "Por enquanto, ainda não temos água, mas os moradores estão se mobilizando para exigir das autoridades que sejamos tratados como gente", contam.

NA SACRAMENTA E NA
PEDREIRA OS MORADORES
LUTAM CONTRA A AERONÁUTICA.

Na Sacramento, uma luta antiga assumida pela Comissão dos Bairros persiste até hoje. A Aeronáutica exige a área compreendida entre a Avenida Júlio César e a Dr. Freitas, e os moradores, apoiada pela sua entidade representativa, a CBB resiste à expulsão e às indenizações irrisórias que a Aeronáutica oferece em troca dos terrenos. Caso semelhante é enfrentado pelos moradores da quadra 17, localizada atrás do Cassazum, na Pedreira, onde a Aeronáutica pretende construir residências para os oficiais, dando em troca para os que habitam aquela área há mais de 40 anos, indenizações de até três mil cruziros.

A LUTA POR MAIS
ESCOLAS.

A Campanha Escolar para Todos é outra bandeira de luta que a CBB ostenta com firmeza. Iniciada em 79, a campanha foi relançada no dia 5 de outubro último e persistirá até que a Semec solucione o problema das 50 mil crianças sem escolas, pois enquanto isso, o povo continuará incansável segundo a CBB. A Campanha, conforme explicam, iniciou com as manobras da Semec que divulgava apenas nos jornais a data da pré-matricula. Os pais de alunos, sem recursos para comprar diariamente jornais, perdiam a data da pré-matricula dos filhos. Para "tapar um buraco" deixado pelo ensino público, os Centros Comunitários abriram escolinhas nos bairros, e enquanto isso, marcaram uma audiência com o secretário da Educação Dionísio Hage. Nesse encontro com a CBB, Dionísio disse-lhes que as escolas comunitárias estavam roubando os alunos da rede estadual de ensino, pois havia escola para todos.

A CAMPANHA ESCOLA PARA TODOS É UMA GRANDE LUTA DO POVO DE BELÉM.

A partir dessa declaração do Secretário da Educação, a CBB empenhou-se numa pesquisa séria, realizando o levantamento de quantas crianças, na faixa de 7 a 14 anos, encontravam-se sem escolas. 50 mil crianças foi o número constatado pela pesquisa da CBB nos bairros do Jurunas, Pedreira, Sacramento, Guamá, Cremação, Terra Firme, Marco, Atalaia e Benguí. A Comissão dos Bairros, ao perceber que a divulgação da data da pré-matricula, apenas nos jornais, era uma manobra da Semec para livrar-se do grande contingente de crianças, passou a divulgar essa data através de boletins em todos os bairros. O prazo para a pré-matricula foi prorrogado pela Semec para oito dias em vez de cinco.

As tapeações, segundo a CBB, continuaram por parte da Semec. Os alunos eram pré-matriculados em número de quatro mas em apenas uma só ficha. Ao serem computadas, apenas um aluno era registrado, e os três restantes ficavam de fora. Além disso, os alunos eram pré-matriculados propositalmente com nomes trocados e quando chegava o dia de se matricular, seus nomes constantes nas escolas não correspondiam com as certidões de nascimento. Em vista dessas irregularidades, uma segunda reunião com o Secretário de Educação foi marcada. Este, entretanto, se recusou a recebê-los. Para mostrar que não deixarão de lutar por um direito que lhes é assegurado pela própria constituição, a CBB, que agrega moradores de 13 bairros de Belém e que portanto representa grande parte da população, dará prosseguimento a Campanha Escola para Todos, relançada recentemente.

CAMPO E CIDADE: A LUTA É UMA SÓ
Esclarecem os membros da Comissão dos Bairros de Belém que as lutas por ela

encaminhada não se restringe à cidade, mas está intimamente ligada aos problemas do campo, pois, conforme explica um dos integrantes da entidade, "o lavrador que sofre no campo é massacrado pelo mesmo regime que nos explora aqui na cidade. No campo o problema é igual. Aqui enfrentamos os patrões, lá, enfrentamos os latifundiários". Em função desses pontos que identificam os trabalhadores do campo e da cidade, a CBB, mantém contato constante com os lavradores, promovendo encontros e seminários onde debatem seus problemas comuns. A CBB tem vínculo com entidades democráticas de todo o Brasil, informam seus membros.

Para mostrar a dimensão que a entidade consegue alcançar, internacionalmente, revelam que a CBB enviou para o exterior filmes detalhados sobre a condição das baixadas de Belém, sendo este trabalho elogiado e causando grande repercussão na Holanda e França.

O trabalho da CBB tem sido divulgado através de todas as oportunidades. Durante a visita do Papa João Paulo II a Belém, a CBB entregou-lhe um documento de denúncias sobre a situação deplorável dos bairros de Belém. Com a chegada do presidente Figueiredo, foi entregue à imprensa internacional, um dossiê completo sobre as deficiências e desinteresse do Governo do Estado em solucionar os problemas locais.

A NOSSA FORÇA É A NOSSA UNIÃO.

As perspectivas da Comissão dos Bairros de Belém estão firmadas na luta pelos direitos que ainda são sonogados pelo Governo, segundo esclarecem. Remitente no seu compromisso com o povo, a CBB espera de toda a população um apoio mais decisivo, pois "se o povo não estiver unido, não conseguiremos sequer ser ouvidos pelo governador do Estado, que nenhum esforço faz para descer até nós".

Soldado que bate é explorado também

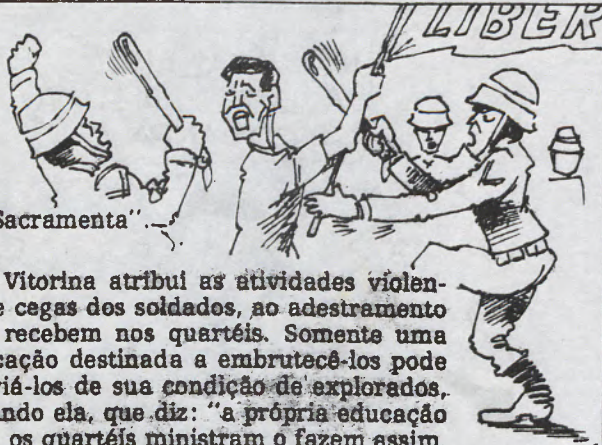
A Polícia Militar tem reprimido com abuso de violência a necessidade do povo de possuir um pedaço de terra para morar e esse fato, segundo Vitorina Elis, representante do Guamá na Comissão dos Bairros de Belém, deixa transparecer um aspecto que pouco é levado em consideração: a condição de explorados dos soldados da PM. "Eles estão aí para espancar o povo, mas também são iguais a nós".

Ela cita alguns casos que comprovam essa afirmativa: "um soldado, durante a derrubada das casas do Jurunas, por ter se recusado a continuar cumprindo ordens e por haver juntado uma criança atirada na lama, foi preso". Outro, enquanto demolia cegamente as casas da passagem Santa Ana "sua família estava sendo despejada

na Sacramento".

Vitorina atribui as atividades violentas e cegas dos soldados, ao adiestramento que recebem nos quartéis. Somente uma educação destinada a embrutecê-los pode desviá-los de sua condição de explorados, segundo ela, que diz: "a própria educação que os quartéis ministram o fazem assim. Se os soldados refletissem e concluíssem que são iguais a nós, se recusariam a fazer o que fazem contra o povo".

Para Vitorina, o Governo está pouco preocupado com as reais necessidades do povo: "o Governo, em vez de mandar a Polícia baixar o cacete no povo, por que não se preocupa em encontrar soluções para os nossos problemas?".



A luta hoje para os filhos

Há oito anos, quando morava em Marabá, a senhora Izabel Rodrigues conheceu o bispo D. Alano - "uma pessoa visada pela Polícia porque defende os direitos do povo" - e iniciou seu trabalho como agente de pastoral. Atualmente, é membro da Comissão dos Bairros de Belém e reside no Jurunas, onde chegou em abril passado, e ali se depara com novas arbitrariedades e atentados aos direitos da pessoa humana, conforme disse.

Sua voz mansa, a aparência calma e a fala compassada, demonstram a tranquilidade de dona Izabel Rodrigues, uma pessoa respeitada e querida pelos moradores do Jurunas. Sempre com clareza, ela tece considerações lúcidas sobre o avanço do movimento popular e atribui este fato à necessidade de defesa do povo contra o massacre que vem sofrendo ao longo dos anos. Conta ainda, sempre serenamente que tem passado por comunista, subversiva, incitadora do povo, e em circunstâncias dessas acusações, ela já pensou em largar os movimentos populares, porém, ao mesmo tempo, "vejo tanta necessidade de continuar, de lutar por dias melhores. Eu talvez não alcance esse objetivo, mas meus filhos alcançarão e é por isso que não deixo de lutar".

De sua vasta e dura experiência junto ao povo, D. Izabel chega a conclusões próprias de uma pessoa que conhece e vive num mundo de injustiças. Relata compassadamente as dificuldades de conscientizar o povo da cidade e estabelece um paralelo entre o trabalho de conscientização no campo e nos bairros de Belém. "É mais difícil conscientizar os trabalhadores da cidade grande do que os do interior. No campo, não tem televisão para prender e cegar o povo de suas dificuldades. Aqui, se a gen-

te convoca o pessoal para uma reunião, aparecem poucos, pois não querem perder suas novelas. De dia, também são impedidos de participar, pois estão trabalhando", comenta ela.

É fundamental, para D. Izabel, que o povo se una, pois só com a união "a gente vai alcançar a liberdade e fazer alguma coisa de bom". Acredita ela, que a luta dos pobres, sem qualquer sombra de dúvidas, resultará numa grande vitória final, mas as batalhas serão muitas e isso transcorrerá a longo prazo. "Meus filhos chegarão lá", frisa D. Izabel. Longa guerra pela liberdade do povo, será dura, segundo ela e "o mundo só mudará quando não mais existir patrão e empregado, quando não houver dominante e dominado. É muito difícil alcançar esse fim, mas não é impossível e nossa vitória só depende da união de todos".

Sobre a violência brutal da Polícia Militar, que demoliu as casas da Passagem Santa Ana, deixando desabrigadas mais de oito famílias, D. Izabel explica que a reação do povo demonstrou o nível de conscientização em que se encontram. "Percebemos, diz ela, que ninguém teve medo da Polícia, nem dos cavalos, nem das armas. O ataque da PM serviu para encorajar ainda mais o povo, para demonstrar a solidariedade de todos. Aqui tinha gente da Sacramento, da Pedreira, do Guamá. Isso porque nossa entidade, a CBB congrega moradores de diversos bairros e em casos como esse sempre encontramos solidariedade".

Dona Izabel atribui o ataque da PM aos moradores do Jurunas, ao temor da Polícia pela mobilização do povo, e "fizeram isso para nos atemorizar, mas não vamos esmorecer, quanto maior for a união, mais forte será o elo da corrente que nos ata".

as ameaças a CBB

"O povo ainda não está pronto para combater frontalmente seus opressores. Os órgãos de repressão estão bem armados e treinados. As armas e a própria organização, porém, não constituem o grande problema, pois a medida em que o custo de vida, a exploração e todas as forças opressoras esmagarem mais ostensivamente o povo e este perceber que não adianta recorrer aos meios legais, não haverá armas que o segure".

Assim, Luiz Silva, o Lula, membro da Comissão dos Bairros de Belém analisa o avanço de conscientização popular. De sua experiência junto a entidade representativa dos moradores dos bairros de Belém, Lula tem muito a contar, principalmente no que se refere às dificuldades que enfrenta a CBB para mobilizar a grande maioria da população que ainda permanece calada.

A imprensa é apontada por ele como um instrumento que poderia ser bastante útil no processo de conscientização do povo caso não estivesse segundo ele, servindo aos interesses "dos grandes empresários".

"Isso impossibilita a divulgação ampla dos nossos problemas. Sem uma colaboração mais imediata dos jornais, utilizamos nossos boletins, que são distribuídos gratuitamente pela comunidade. Quer dizer, a falta de um apoio mais direto da imprensa representa uma das barreiras no movimento popular".

Sobre a Comissão dos Bairros de Belém, Lula a vê como um dos canais mais eficazes da luta popular. Segundo ele, a força dessa entidade, está nos Centros Comunitários, que já existiam antes de sua criação e desde então lutavam, embora de forma dispersa, pela conscientização do povo.

Como integrante do Centro Comunitário da Sacramento, conta ele que a Comissão dos Bairros foi fundamentada no trabalho que já era desenvolvido pelos Centros e sendo assim, foi criada de baixo para cima, a partir da experiência do povo. "O povo elegeu e integrou a Comissão dos Bairros", completa ele.

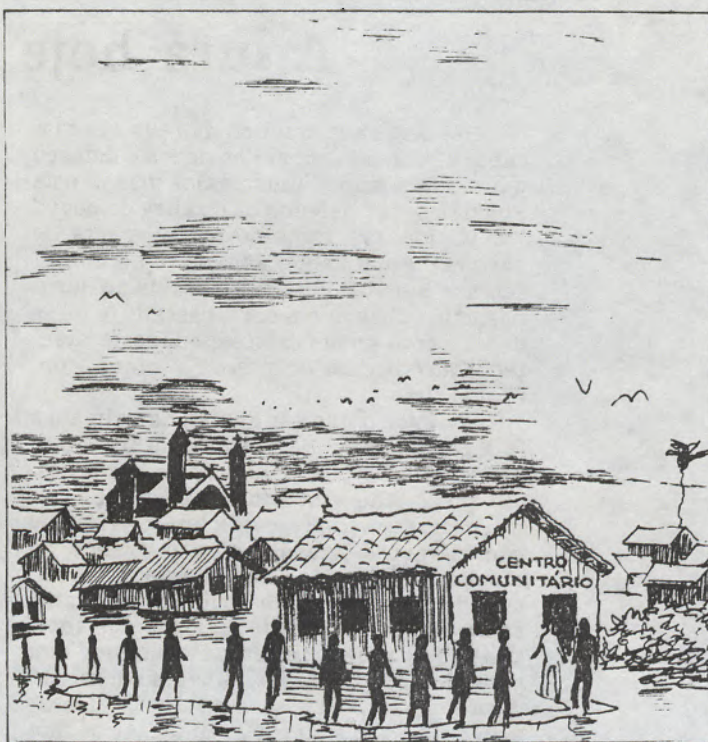
Sempre frisando a importância dos Centros Comunitários, Lula acredita que a

CBB veio fortalecer consideravelmente os trabalhos dos Centros e vice-versa.

Sendo o Centro Comunitário criado em benefício da comunidade, assegura Lula que os mais combativos tentam eliminar os que, a serviço da alienação, desenvolvem trabalhos assistencialistas, com fins exclusivamente filantrópicos.

A prova do avanço das lutas e da consciência popular é verificada por Lula de forma bastante prática. "Do fim do ano para cá, diz ele, a CBB, ou seja, o povo que ela representa, vem resolvendo caso por caso e lutando para avançar nas suas lutas.

Quanto a repressão contra o trabalho que desenvolvem, Lula não consegue apontá-los. "Repressão direta contra a CBB ou Centros Comunitários não existem, quer dizer, nós não fomos ameaçados frontalmente pela Polícia. Sabemos que em nossas reuniões, os dedos-duros estão presentes, as ameaças são feitas de maneira sutil e os obstáculos para o desenvolvimento de nossas propostas são evidentes".



A cruz dos pobres desafiou o poder

"O governo está dando muito mais atenção aos cavalos do que ao povo que vive miseravelmente nas baixadas, sem água, sem luz, sem comida, sobrevivendo com um salário de fome". O desabafo é da senhora Clarice Farias, residente no bairro da Terra Firme, numa área disputada com a Universidade Federal do Pará e que há pouco tempo verificou a presença da força da Polícia Militar que tentou expulsar os moradores dali.

Sobrevivendo à exploração diária, conforme disse, d. Clarice aprendeu a lutar desde que teve seu barraco cercado pelos soldados da Polícia Militar, em dezembro do ano passado. Ela, como todos os moradores das cercanias da Universidade, que se viam à beira do despejo, chegaram à conclusão que só o grito do povo poderia sensibilizar as autoridades.

D. Clarice, naquela época, exerceu uma liderança significativa para a vitória dos moradores da Terra Firme. Empunhando uma cruz e ficando-a em frente a sua casa, ela desafiou os policiais a desrespeitarem a justiça de Deus. Clarice Farias tem uma definição bem clara da Comissão dos Bairros de Belém: "foi uma necessidade que surgiu em cima dos problemas da terra. É uma comissão que organiza o povo para lutar por seus direitos. Sem esse meio para a gente se manifestar, ficaríamos de braços cruzados, pois os bairros lutariam cada um para o seu lado, e só a luta do povo unido é capaz de vencer a força da opressão".

Para ela, a CBB está acima de todas as outras entidades, "mas todas estão solidárias - porque só ela alcançou o nível de mobilização do povo que vemos hoje".

Só quando se sente na carne as dificuldades do povo desempregado ou miseravelmente remunerado, pode-se avaliar o seu sofrimento e as maneiras que ele procura para sair dessa condição. D. Clarice conta que não tinha casa para morar, "via de canto em canto", até que conseguiu, juntamente com diversas outras pessoas pobres como ela, um pedacinho de terra para erguer seu barraco, na Terra Firme. "Era uma casinha humilde, pequena, mas abrigava eu e meus filhos. Mas quando construí essa casinha, na Passagem Bom Jesus, veio a Universidade e disse que a área era dela e quiseram tirar meu pedaço de chão. Foi quando eu lutei por ele junto com os outros que estavam na mesma situação que eu. Quando estavam derrubando as casas, eu peguei um pedaço de pau, fiz uma cruz e esperei pela reação da Polícia. Eles não me atacaram. Juntamente com o resto dos moradores, exigimos nossa permanência na Passagem Bom Jesus. Depois disso, conseguimos construir casas dentro da terra separada pelo arame farpado que a Universidade tinha colocado. Foi uma grande vitória para nós".

Nem a força nem o que mais venha a impedir o prosseguimento de sua luta irá detê-la, conforme assegurou: "eu me sinto com muita força para lutar e não será fácil desistir".

Motivos para a revolta

"Questionar se o povo está ou não preparado para enfrentar as pressões, retrata claramente a ideologia da classe dominante. O que levará o povo a este fim serão as dificuldades latentes que se apresentam: a inflação, os salários baixos e a falta de terras. São esses os fatores que determinam a revolta do povo e não a preparação esquematizada para a derrubada de um regime". A declaração é do Agente de Pastoral e membro da Comissão dos Bairros de Belém, Genivaldo Carvalho.

Segundo ele, quem diz que o povo não está preparado para um regime democrático são os empresários e fazendeiros, que não querem perder sua mordomia, que não têm qualquer interesse em abrir mão de suas riquezas.

É justamente o medo de perder seus impérios que justifica a repressão da polícia contra a manifestação do povo que protesta contra a situação de miséria que os grandes o relegam.

Essa organização popular, conforme Genivaldo, é muito temida pela classe dominante. "Por outro lado, a cada dia que passa, o povo toma mais consciência de

sua exploração e de que a única forma de garantir a solução para seus problemas a longo ou a curto prazo é através da união", comenta ele.

Quanto a sua experiência na CBB, conta Genivaldo que, por se identificar com as causas do povo, se colocou à disposição da comunidade do Guamá e aceitou integrar a CBB após ser eleito em assembleia geral para isso, conforme o regulamento da entidade. Segundo acrescenta, qualquer medida que seja tomada, previamente é aprovada em assembleia, de outra forma nada se faz sem o consenso da maioria.

A organização popular, no ano em que Genivaldo iniciou seus trabalhos, junto à comunidade do Guamá, não estava no nível que hoje se encontra e ele analisa esse fato como o resultado do processo natural de desenvolvimento da conscientização popular. Além disso, conclui Genivaldo, "nossa luta não está restrita a Belém mas a todas as cidades do Brasil, pois o avanço é geral, uma vez que os problemas são comuns a toda a população brasileira".

Latifúndio, o início de tudo

NÓS SOMOS AGENTES DE TRANSFORMAÇÃO DESTA SOCIEDADE

O movimento popular começa a partir da constatação imediata de que está faltando escolas, terras, o salário é irrisório e o custo de vida é alto, além de diversas outras razões. Carlos Alberto Bordalo, Agente Pastoral da paróquia da Sacramento, analisa desta forma a organização do povo que se projeta através das últimas reações dos moradores do Jurunas, da Sacramento e da Pedreira, todos atingidos pela intenção de despejo da Polícia Militar e da Aeronáutica.

Conta Bordalo que iniciou sua militância nos movimentos populares há seis anos, quando os trabalhos desenvolvidos em diversos bairros de Belém ainda não se percebia uma perspectiva mais ampla de que todas as lutas populares, movidas pelo problema de terras, era uma luta política. "E justamente por não haver essa clareza política, havia muitas incorreções, o que era perfeitamente compreensível".

Segundo ele, o povo foi começando a verificar que o problema crucial não estava especificamente no Jurunas, nem na Sacramento, na Terra Firme ou em qualquer outro bairro e sim na estrutura da sociedade. O problema de terras, segundo diz ele, levou o povo a constatação de que existiam latifundiários na cidade e este fato foi ajudando os bairros a unificarem suas lutas, pois perceberam que a luta de um era a de todos. E de uns três anos para cá a consciência política do povo cresceu. "A população percebeu que a luta desencadeada não é apenas pela terra, pela água ou por mais escolas, por uma luta que redundava numa luta de classes, uma luta entre a classe oprimida e a classe que oprime".

A afirmação de que as lutas populares avançaram consideravelmente é provada

por Carlos Bordalo que mostra o nível de organização dos populares que participaram do primeiro ato público em Belém. Naquela época, preocuparam-se com a formação de diversas comissões, comissão de imprensa, comissão de divulgação e etc. Devido as intimidações sofridas por alguns manifestantes, preocuparam-se também em formar uma comissão de defesa do ato público, com a finalidade de resguardar os participantes do ato e verificar os que estavam ali contratados pelos órgãos de segurança, para tumultuar a manifestação. "Os movimentos têm ganho uma feição mais organizativa, o que se deve aos diversos tipos de experiência que o povo teve e por perceber que o outro lado, os opressores, estava organizado", diz Bordalo, e completa: "Hoje, as lideranças dos bairros são capazes de discutir politicamente com qualquer autoridade".

A organização se deve também, acrescenta o Agente Pastoral, ao fracasso do governo militar em resolver os problemas mais imediatos da população. Ele cita a inflação e os salários baixos como problemas principais e acrescenta que, ao mesmo tempo, surgem os problemas de terras. "Isso foi levado a população - assegura ele - a compreender mais sua realidade ao ponto de perceberem que o governo que está aí não é o governo dela e sim um governo das elites dominantes, as mesmas que relegam o povo a condição subumana em que vive".

A população, a partir da tomada de consciência, começa a questionar os meios de transformação da sociedade, diz Bordalo, "ela deixa de ser instrumento de politiquês para assumir a posição de agentes de sua própria transformação".

O povo não é um pote vazio

Como Agente de Pastoral da Paróquia da Pedreira, Dornélio da Silva, esclarece o povo se organiza por ele próprio a partir de um problema comum e tentam resolvê-lo. "O povo sabe se organizar, mas não tem como encaminhar suas lutas juridicamente, nem sabe a que órgãos se dirigir. Ele precisa de advogados para encaminhar juridicamente suas lutas, e nós, estamos ao seu lado justamente para abrir esses caminhos".

Relatando suas experiências, Dornélio conta como se deu o avanço da conscientização do povo, especificamente na Pedreira, embora ressalte que essa evolução foi evidenciada em todos os bairros pobres como um todo. A colaboração dos Agentes de Pastoral na luta encabeçada pelo povo apresenta fatos que provam o avanço da consciência popular sem que seja manipulada por pessoas tachadas pelas autoridades de agitadoras, conforme conta o Agente de Pastoral.

Quando chegou no bairro da Pedreira, por exemplo, e ali iniciou seu trabalho como Agente, existia um problema que afetava a todos: a questão dos terrenos que eram exigidos pela Aeronáutica. Os moradores se reuniram para solucionar esse problema e viram como forma mais viável para isso a convocação de um ato público, o que foi feito no dia 28 de maio, em frente ao Palácio do Governo.

A importância da participação da Igreja nas lutas populares, está justamente no aspecto que narra o Agente Pastoral: "Começamos, a partir daí a fazer estudos de textos evangélicos que conduziam perfeitamente com as necessidades do povo e portanto, eram de seu interesse. O povo fez reflexões sobre seus problemas e percebemos aí que a dimensão política e cristã se encaixavam perfeitamente, pois as reflexões eram feitas em cima de casos concretos. Perguntava-se o que Deus tinha a dizer diante das situações criadas pela Aeronáutica que intencionava desabrigar famílias inteiras de moradores, e os moradores respondiam: "Deus é bom e sendo assim não deseja o sofrimento do seu povo e precisamos mudar essa situação! A partir de então, sucederam-se os questionamentos e a necessidade de lutar era verificada quando diziam: "Tenho fé em Deus que a Polícia não nos tirará dos nossos terrenos".

Deixa bem claro Dornélio que o povo não espera do Agente de Pastoral, a solução definitiva para seus problemas, pois o povo não depende de ajuda para encaminhar suas lutas. "Veja o fato ocorrido no Jurunas. O povo reagiu sozinho, reerguendo barracas e ajudando-se mutuamente. Somente depois, as entidades democráticas, seguiram para lá a fim de prestar-lhes o devido apoio".

Existem concepções errôneas quanto ao nível de conscientização do povo, conforme Dornélio. Pensa-se, por exemplo, diz Dornélio, que o povo é como um pote vazio, é burro e a função do intelectual ou pessoas solidárias às suas causas é encher esse pote de conhecimentos. Dornélio explica que existe, isto sim, uma troca de conhecimen-

tos entre o intelectual e o morador da baixada, pois "o intelectual conhece os problemas que afetam a sociedade porque os estuda, tem instrumentos para isso. O povo, entretanto, os conhece porque vive esses problemas e é capaz de ensinar o que conheceu na sua convivência pra qualquer pessoa".

UMA IGREJA POPULAR

A igreja, para Carlos Bordalo, tem um papel fundamental nas lutas populares. Com a prisão de lideranças, houve um fechamento total nas discussões políticas, e a igreja se apresentou como espaço único dentro da conjuntura para essas discussões.

De acordo com a ótica do Agente Pastoral, a igreja também tomou outro rumo: passou de aliada da burguesia, de forma radical, para o lado das classes oprimidas. E dentro dessa nova opção da igreja a prática pastoral passou a ter uma posição política".

Com o fechamento de todos os canais políticos, a igreja os centros cerceados no meio da sociedade passaram a se aglutinar na igreja e souberam aproveitar muito bem esse espaço, segundo Bordalo. "Foi a oportunidade para a formação de novas lideranças e de um novo processo de organização, permitindo que o movimento popular não fosse totalmente dizimado, arregimentando um potencial político de grande influência. E por agir politicamente, de acordo com as escrituras do Evangelho, a igreja passou, também, a ser reprimida".

Os cristãos que sempre se consideraram apolíticos, perceberam que sua prática era eminentemente política, pois segundo Bordalo, o Evangelho não podia ser vivido e praticado fora do contexto histórico e das contradições que a sociedade apresenta. O próprio lançamento do documento "Exigências Cristãs de uma Ordem Política", pela CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil confirma a nova posição da igreja. Ele leva o cristão, explica Carlos, a uma compreensão mais clara de seu posicionamento na sociedade e de sua tarefa de construir uma ordem política que propicie uma sociedade mais igualitária e fraterna que se aproximasse dos ideais definitivos do reino de Deus.



Evangelho e lutas populares



O apoio da igreja às lutas populares é determinado pelo próprio evangelho, que traz em seu bojo a boa nova para o povo em termos de uma vida digna e harmônica, conforme esclarece o padre Tiago, da paróquia de São Sebastião. "Não sabe a igreja tomar iniciativas, explica, mas quando o povo se organiza a igreja o apóia, cedendo-lhes os prédios e o que for necessário para suas reuniões". Essa colaboração da igreja é plenamente apoiada, também, por D. Alberto Ramos, arcebispo de Belém, segundo o padre.

A igreja ajuda o povo a abrir os olhos quanto a justiça que lhe é proposta. Que tipo de justiça?, indaga o padre Tiago, "a de Deus ou a dos homens". Para ele, há uma distinção muito grande entre elas. A justiça dos homens apresenta muitas falhas, "ela visa muito mais o desenvolvimento econômico e tecnológico do que a solução para os problemas sociais".

Sobre o desenvolvimento da organização popular em Belém, padre Tiago admite que os problemas de terras e a forma como o povo está reagindo, é um exemplo dessa organização. Casos absurdos são apontados pelo padre, nos bairros da cidade, onde os moradores lutam por pedaços de terrenos: "é um absurdo que no Estado menos povoado do país seja evidenciada a maior incidência de problemas de terras. Percebemos que o que está em foco é o desenvolvimento em detrimento de pessoas humanas. O que está no centro é o lucro e a propriedade nas mãos de poucos".

Igreja quer a participação

"A própria situação ajuda a conscientizar o povo, como também, a reflexão da dignidade humana à luz do evangelho, conscientizando-os dos seus direitos de seu papel político de construir uma sociedade justa e fraterna". Assim, o padre João Maria, da Paróquia de Nossa Senhora de Aparecida, explica o papel da igreja diante das lutas da população carente.

Esclarece ele que a finalidade profunda da igreja não está na prática da violência como caminho para a liberdade do povo. "Mas isso não quer dizer, acrescenta, passividade e conformismo, a igreja procura atuar sempre sempre no campo social e político". Acrescenta ele que a igreja não possui qualquer tipo de partido político, mas quer que o povo participe politicamente e espontaneamente na sociedade.

O bispo será o animador da luta

A igreja luta para conscientizar o homem de seus direitos, e valorizá-lo. Para conseguir esse objetivo, segundo o padre João Belkbon, da paróquia de São Sebastião, é necessário ajuizar o povo e torná-lo consciente de suas decisões, e essa é uma tarefa da igreja, acrescenta ele.

Desde o Concílio Vaticano II e dos documentos de Puebla e Medellín, que a igreja assumiu o compromisso de apoiar as comunidades de bairros, objetivando a participação do povo na vida econômica e política da sociedade. "A igreja não tomará, obviamente, o lugar do povo na sua luta. Apenas ajudamos a reconhecer seus direitos".

O apoio da igreja é verificado na concessão dos salões pelos padres para a realização de encontros e debates de entidades de base. Conta padre João que as atividades populares do bairro da Sacramento, por exemplo, estão centralizadas na igreja "e isso é muito importante". Na igreja, hoje em dia, são discutidos todos os problemas que atormentam o homem numa sociedade injusta. Debatem sobre seus problemas políticos, econômicos e religiosos.

"O povo começa a compreender que seus problemas estão ligados a outros de maiores dimensões e estes estão nos Palácios do Governo, em Brasília, nas ligações do governo com multinacionais", assegura padre João.

Ao invés dos governantes darem explicações ao povo sobre as medidas que tomam ou deixam de tomar, para solucionar o problema do desemprego, do custo de vida, dos salários baixos, e etc, propagandeiam uma democracia, uma democracia que, segundo Belkbon, "não podemos dizer que é real, pois não conta com a participação direta do povo e as decisões são tomadas à sua revelia". Pelo menos na igreja, comenta o padre, pregam a democracia, uma democracia que poderia ser espelhada pelo governo.

A figura do padre, do bispo, após a nova posição da igreja de apoio às lutas populares, também mudará: "O bispo, não será o que manda, mas o que anima o povo nas suas lutas". De acordo com Belkbon, a tarefa dos padres será a de estimular o povo e de animá-lo quando, no prosseguir de suas lutas depararem-se com decepções".

CBBB

COMISSÃO

DOS BAIRROS

DE BELÉM

Todos os textos e fotos usados nesta cartilha, foram
publicados na edição do Caderno "D" do matutino
"O ESTADO DO PARÁ", dos dias 26-27 de Outubro de 80.
